

A PROPÓSITO DA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO - MEC 2019, CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

ABOUT THE *POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO*:
MEC 2019, CRITICAL CONSIDERATIONS

Cecilia M. A. Goulart

Em nome do grupo de pesquisa Linguagem, cultura e práticas educativas (UFF)
goulartcecilia@uol.com.br

A leitura da proposta intitulada Política Nacional de Alfabetização (MEC, agosto de 2019), no contexto de documentos¹ ligados à sua formulação, provoca-nos questões de diferentes naturezas. Algumas poucas foram selecionadas para abordar aqui.

Por que o avanço científico de áreas que repercutem diretamente em propostas político-pedagógicas não é considerado, ou é muito pouco considerado, na elaboração do documento? Se estabelecemos um paralelo com a produção industrial, por exemplo, o funcionamento das fábricas para gerar seus produtos, no final do século XIX, e como os produzem hoje, chama-nos atenção como o desenvolvimento da Ciência, em várias áreas, contribuiu para mudanças nos modos de produção. Ao emparelhamos o exemplo da fábrica com a nossa temática, o processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, mas não somente, observamos realizações do ato de ler no século XIX que mudaram significativamente, e aí se incluem quem lia e para quem, onde, o material que se lia, quem eram as pessoas que sabiam ler. O sentido social da leitura mudou.

Não há, no documento, evidência de conhecimento de estudos realizados nas últimas décadas em áreas como a Sociologia, a Linguística, a Antropologia, a Psicologia, a Filosofia, História e outras, que nos fazem ver aspectos da realidade do ensino da escrita e da leitura e do processo de alfabetização que permitem a ultrapassagem de determinadas posições teórico-metodológicas que vêm caracterizando o panorama alfabetizador desde o final do século XIX. Para ilustrar, posições em que a escrita é equiparada ao sistema alfabético, esvaziando-a de seu sentido social, cultural e político, e sobretudo histórico, se considerarmos que ao longo dos séculos, a escrita vem incorporando características que vão muito além da relação entre fonemas e grafemas,

¹ Os documentos estão listados ao final do texto.

inclusive de natureza distinta.

Ainda que a falta de atualização da proposta possa ser atribuída a posturas políticas conservadoras, é preciso lembrar que a omissão de conhecimentos que hoje estão disseminados no mundo se constitui em sonegação de informações tanto ao público específico, profissionais da Educação, quanto ao público em geral que, vivendo o processo de escolarização, terá acesso a uma visão muito parcial da escrita. Antigamente considerava-se a necessidade de ter como ponto de partida unidades linguísticas, como fonemas, letras, sílabas e palavras, que, na visão do adulto, eram entendidos como fáceis para as crianças. Cagliari entende que:

No nosso mundo de escrita, além das letras, usamos uma enorme quantidade de ideogramas, pictogramas, símbolos, marcas que nada mais são do que escritas puramente ideográficas. Os números e as notações científicas que usamos pertencem a um sistema ideográfico e não alfabético. Nesse mundo aparentemente caótico de escrita, vivemos bem, lidamos bem com todos esses modos de escrita, encaramos nosso mundo de escrita como algo familiar. Cagliari, 2002, p. 46².

O estudo precursor de Smolka (1988³), sua tese de doutorado, traz inúmeras questões, de diferentes áreas de conhecimento, a serem consideradas no processo de aprender-ensinar a ler e a escrever. O conhecimento das crianças, o que elas já sabem, tem um papel relevante no processo. Olhar a criança como ser cultural, concreto, que já dialoga com inúmeras dimensões do mundo, um sujeito com valores e desejos, todo esse contexto influencia as relações que trava na escola com colegas, professoras e com o próprio conhecimento.

É inconcebível continuar a pensar que “a professora ensina e os alunos aprendem”, como se o movimento de conhecer fosse automático e progressivo. Qualquer criança aprende, salvo situações extremas de comprometimento cognitivo, respeitadas suas necessidades de tempo e espaço, que não são somente físicas, mas condicionadas por sensações, emoções e conhecimentos prévios. As crianças são sujeitos dos processos de ensino-aprendizagem, impregnando-os de suas histórias, valores, conhecimentos e sentimentos, o que torna os processos pouco predizíveis.

Embora o tema tenha sido abordado brevemente aqui, podemos dizer que a concepção de alfabetização subjacente ao documento se caracteriza acientificamente. As proposições metodológicas se sobrepõem a resultados de estudos internacionais e nacionais, realizados especialmente a partir da década de 1980. A proposta se anuncia de maneira linear, abrindo espaço para

2 CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e ortografia. *Educar*, n. 20, Curitiba: Editora UFPR, p. 43-58, 2002.

3 SMOLKA, Ana Luíza Bustamante. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

que editoras, institutos e fundações, que vivem da venda de materiais didáticos, em geral de qualidade duvidosa, proponham métodos de uso geral, preconizando um padrão de sujeito universal. A essa concepção de sujeito se relaciona uma visão estática, unívoca, de relação entre o que se fala e o que se escreve, de tal forma redutora e contundente, que exclui outros modos de pensar o aprender e o ensinar a escrita.

As últimas questões sobre o documento: onde estão os professores e professoras, profissionais formados para o exercício pedagógico que para nós é um exercício político? Que lugar ocupam? Os princípios de uma Política Nacional de Alfabetização não deveriam ser orientadores de ações educativas no sentido do respeito às crianças, jovens e adultos, alfabetizando, e a todos os envolvidos nas atividades escolares para que a prática pedagógica alfabetizadora encontre campo fértil para germinar? A autonomia docente para tomar decisões sobre como ensinar não deveria estar legitimada para fortalecer o estatuto profissional das mestres e dos mestres que alfabetizam? E, finalmente, os princípios constitucionais voltados para a Educação não deveriam estar confirmados no documento?

A legião de alfabetizados funcionais tende a crescer, se continuarmos a negar o valor, a autonomia e os conhecimentos dos professores e professoras; e os conhecimentos que as crianças possuem e suas realidades. Além e acima de tudo, a Política deveria entender e atender a necessidade de que, ao lado do reconhecimento de importância do processo de aprender a ler e a escrever, é preciso expandir os serviços básicos de saneamento, saúde, transporte, habitação, entre outros, para toda a população. É preciso dignidade para ensinar e aprender. A cidadania de cada brasileiro se afirma no processo social de legitimação da importância que cada um tem para a construção do Brasil.

Cecilia M. A. Goulart, professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense/UFF e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Educação/UFF. Linguista. Sócia-fundadora e primeira vice-presidente da ABALF. Integra o GT Alfabetização, leitura e escrita da ANPEd. Coordenadora do grupo de pesquisa Linguagem, cultura e práticas educativas.

Documentos Referidos

Decreto n. 9765, de 11/04/2019, assinado pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, e pelo Ministro da Educação, Abraham Weintraub, que institui a PNA;

Documento Política Nacional de Alfabetização (MEC;SEALF, 2019), lançado em 15/08/2019;

Portarias, n. 1460 e n. 1461, de 15/08/2019, assinadas pelo Ministro da Educação, que instituem, respectivamente, a Conferência Nacional de Alfabetização baseada em Evidências (CONABE) e o “painel de especialistas”